



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO

Cargo:

**Analista Legislativo / Assistente Técnico
FC de Consultor Legislativo**

Área II

**Prova 2 – Discursiva – 1.ª Parte
Aplicação: 2/11/2002**

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém a 1.ª Parte da Prova 2 – Discursiva e quatro páginas para rascunho, duas para o Texto 1 e duas para o Texto 2.
2. As páginas para rascunho são de uso opcional, não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
3. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
4. Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
5. Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
7. A duração desta parte da prova discursiva é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para as respectivas folhas.
8. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo e devolva-lhe todas as folhas de textos definitivos, receba o seu documento de identidade e deixe o local de prova.
9. Será anulada o texto definitivo que for escrito a lápis ou tiver identificação fora do local apropriado.
10. Sua prova será anulada se for devolvida com as folhas de textos definitivos descoladas ou rasgadas.

AGENDA

- 1 31/10/2002 – Data provável de divulgação do resultado provisório da prova discursiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- 2 4, 5 e 6/10/2002 – Recebimento de recursos contra o resultado provisório da prova discursiva, exclusivamente nos locais e horários a serem informados juntamente com a divulgação desse resultado.
- 3 18/12/2002 – Data provável de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial da União e nos locais mencionados no item 1, do resultado final da prova discursiva e da convocação para a prova de títulos.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conferimento/recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 1/2002 – CD, de 16/10/2002.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(0800)–61–446–0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 1

- Para produzir a dissertação relativa ao Texto 1, que vale **trinta** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Para elaborar a dissertação correspondente ao **Texto 1**, escolha um dos temas a seguir.

Tema 1

A IMUNIDADE MATERIAL E FORMAL DO PARLAMENTAR.

Redija um texto dissertativo acerca do tema acima, contemplando, necessariamente, da forma mais completa possível, os seguintes aspectos:

- ▶ a imunidade material do parlamentar;
- ▶ a exclusão da responsabilidade civil por danos morais;
- ▶ a imunidade formal do parlamentar;
- ▶ a suspensão da prescrição.

Tema 2

Um empresário e seu sócio foram denunciados pelo Ministério Público Federal pela prática de crime contra a ordem tributária, em concurso de pessoas. A vestibular acusatória foi recebida pelo juiz federal. Os denunciados foram citados, interrogados e apresentaram, no tríduo legal, as defesas prévias. Por ocasião da instrução criminal, o empresário candidatou-se a deputado federal, vindo a ser eleito. Durante o exercício do mandato, o deputado veio a praticar um homicídio tentado contra um desafeto político.

Em face da situação hipotética apresentada acima, redija um texto dissertativo, contemplando, necessariamente, da forma mais completa possível, os seguintes aspectos:

- ▶ competência para processar e julgar o empresário e seu sócio pelo crime contra a ordem tributária após a diplomação do primeiro como deputado;
- ▶ validade dos atos processuais anteriormente praticados perante o juiz federal;
- ▶ competência para processar e julgar o parlamentar pelo crime de homicídio tentado;
- ▶ cessado o mandato do empresário como deputado federal, sem reeleição ou eleição a outro cargo eletivo, e ainda em tramitação os processos criminais, a que órgão do Poder Judiciário competirá julgá-lo pelos crimes contra a ordem tributária e de homicídio tentado.

RASCUNHO PARA O TEXTO 1 – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Atenção! Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1**, é obrigatória a indicação do tema escolhido.

RASCUNHO PARA O TEXTO 1 – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Atenção! Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 1**, é obrigatória a indicação do tema escolhido.

PROVA 2 – DISCURSIVA – 1.ª PARTE – TEXTO 2

- Para produzir o discurso relativo ao Texto 2, que vale **vinte** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Obedeça aos limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **quarenta e cinco** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2**, é obrigatória a indicação, no campo próprio, do tema escolhido (1 ou 2).

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Para elaborar o discurso parlamentar correspondente ao **Texto 2**, escolha um dos temas a seguir.

Tema 1

A Constituição da República estabelece, em seu artigo 236, *caput*, que “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”. No artigo 22, inciso XXV, a Constituição da República atribui a competência privativa da União para legislar acerca de registros públicos, já concretizada pela edição da Lei n.º 6.015/1973 (Lei dos Registros Públicos), recepcionada pela Carta de 1988.

A Lei n.º 6.015/1973 é limitada a apenas três serventias. Assim, os serviços de protesto de títulos, de distribuição e de contratos marítimos, cuja normatividade é prevista na Lei n.º 8.935/1994, não são regulados pela Lei n.º 6.015/1973.

Considerando as idéias do texto acima, que têm caráter unicamente motivador, redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do seguinte tema:

REGISTROS PÚBLICOS.

Em seu discurso, devem ser contemplados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito de registro público;
- ▶ distinção entre registro e averbação;
- ▶ finalidades do registro público;
- ▶ efeitos jurídicos do registro público;
- ▶ tipos de registro público regulados pela Lei n.º 6.015/1973;
- ▶ sistemática de operacionalização do registro civil de pessoas naturais, de acordo com a Lei n.º 6.015/1973.

Tema 2

NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO QUE DIZ RESPEITO À COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL.

Redija um discurso parlamentar, posicionando-se acerca do tema acima e abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito de coisa julgada e seus efeitos;
- ▶ princípio da segurança jurídica em confronto com o princípio da constitucionalidade;
- ▶ querela *nulitatis* e ação rescisória quando a lei aplicada pela sentença é declarada inconstitucional;
- ▶ legislação, doutrina e jurisprudência recentes acerca do tema;
- ▶ sentenças transitadas em julgado de conteúdo injusto, contrário à moralidade, à realidade dos fatos e à Constituição da República.

RASCUNHO PARA O TEXTO 2 – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Atenção! Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2**, é obrigatória a indicação do tema escolhido.

RASCUNHO PARA O TEXTO 2 – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Atenção! Na folha de **TEXTO DEFINITIVO DO TEXTO 2**, é obrigatória a indicação do tema escolhido.